

Equipe de transição propõe que Lula crie 'bolsa internet'



Paulo Bernardo, ex-ministro das Comunicações e do Planejamento, coordena grupo na transição do governo Cleia Viana - 17.jun.19/Câmara dos Deputados

Governo de transição vai propor 'bolsa internet'

Plano é ter desconto nos pacotes residenciais para inscritos no CadÚnico

Patricia Campos Mello

SÃO PAULO O governo de transição vai propor ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a criação de uma "bolsa internet", que reduzirá o preço da conexão por banda larga para brasileiros de baixa renda inscritos no CadÚnico (Cadastro Único do governo federal).
A proposta partiu de uma solicitação de Lula, que teria pedido ao grupo de trabalho de Comunicação um programa nos moldes do "Luz para Todos" para universalizar o acesso à internet.
"O presidente Lula pediu um Luz para Todos para internet e, após diagnóstico do grupo de trabalho, chegamos à conclusão de que a prioridade é

baratear o acesso por banda larga, já que muitas pessoas não estão conectadas por causa do preço", disse Paulo Bernardo, coordenador do grupo de trabalho de Comunicação e ex-ministro das Comunicações e do Planejamento.
O programa Luz para Todos, implementado em 2004 no governo Lula, tinha como objetivo expandir a infraestrutura para conectar à rede elétrica famílias que ainda não tinham acesso à energia.
Segundo Bernardo, o "bolsa internet" iria prever uma espécie de tarifa social de conexão de banda larga para as famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para programas sociais do governo fede-

ral. No caso da tarifa social de energia elétrica, já existente, as pessoas recebem desconto de até 65% no valor mensal da conta de luz. Também haveria incentivos para expandir a cobertura de fibra ótica no país, mas a prioridade seria reduzir o preço para as famílias mais pobres.
Para baratear os pacotes de banda larga, uma das ideias é a desoneração dos serviços, já que os impostos chegam a 40% do preço total cobrado, ou oferecer bônus junto com o pagamento do Bolsa Família. O grupo de trabalho deve discutir a proposta com técnicos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) nesta semana. O plano faz parte do diagnóstico que o grupo

entregará a Lula neste domingo (11).
Segundo pesquisa da Cetic.br de 2021, 82% dos domicílios no Brasil têm acesso à internet. No entanto, só 61% des-ses usam cabo ou fibra ótica como o principal tipo de conexão à rede. Entre as pessoas que têm acesso à internet, 64% só acessam a rede pelo celular, com conexão muitas vezes precária, limitada por planos com franquia de dados.
Para Helena Martins, uma das coordenadoras do GT, o objetivo do plano não é apenas ampliar o acesso à internet, mas também reduzir a desigualdade digital. Ainda que tenha aumentado a parcela da população conectada nos últimos anos, só 20% têm acesso de

qualidade à internet, segundo levantamento do Idec e do Instituto Locomotiva de novembro de 2021. A maioria depende de planos limitados e sujeitos a bloqueios, velocidades baixas, serviços instáveis, baixa qualidade de sinal. "Se olharmos os dados frios, cerca de 80% das pessoas já se conectam à internet; mas, na verdade, sabemos que a maioria não tem acesso significativo", diz Martins, que é professora da Universidade Federal do Ceará.

De acordo com Idec e Instituto Locomotiva, 90% dos usuários de internet das classes C, D e E afirmam acessar a internet através do 3G/4G, a grande maioria usando os planos mais baratos oferecidos pelas operadoras — 58% têm planos pré-pagos e 29% têm planos controle, que têm pacotes limitados de uso de dados e bloqueiam ou sobram mais após o limite.

Além do "bolsa internet", o programa do GT para universalização de acesso à internet inclui investimento em infraestrutura para conectar zonas rurais e áreas remotas com banda larga e satélite, expansão de acesso nas escolas e colaboração com pequenos provedores de banda larga.

Em segundo plano está a ideia de discutir com as operadoras mudanças nos pacotes mais baratos, que oferecem zero rating para uso de WhatsApp, Facebook e outros, mas pacotes de dados limitados e caros para todo o resto do acesso. Uma ideia seria emular o Chile, com redução nos preços dos dados ou estabelecimento de volume mínimo de dados nos pacotes. Mas, por ser uma negociação delicada, será deixada para depois.

Planos para universalização do acesso à internet vêm sendo implementados desde 2010, quando o governo Lula lançou o PNBL (Programa Nacional de Banda Larga). Durante o governo Dilma Rousseff, o então ministro Paulo Bernardo lançou uma continuação do PNBL, com ações para aumentar o número de municípios com infraestrutura de fibra ótica e para elevar a velocidade média da banda larga no país.

Em 2017, o então presidente Michel Temer (MDB) lançou um satélite para prover banda larga para municípios sem acesso.

Os planos de universalização ajudaram a aumentar o número de municípios com acesso a banda larga, mas a cobertura ainda está longe dos parâmetros mundiais, e as velocidades, também.

➤ Acesso à internet no Brasil

- 2% dos domicílios no Brasil têm acesso à internet (por celular ou banda larga)
- Entre domicílios com renda familiar de até um salário mínimo, são apenas 69% (isso inclui acesso por banda larga e por celular, cuja conexão muitas vezes é precária, limitada por franquia de dados)
- 62% dos moradores de domicílios sem acesso à internet dizem não ter o serviço por ser muito caro
- Dos cidadãos das classes D e E já conectados, 90% utilizam a internet só pelo celular e com pacotes limitados
- No Sudeste, 95% dos domicílios têm acesso à banda larga
- No Nordeste, são 83%

Fontes: CGL.br/NIC.br, Cetic.br, Pesquisa TIC Domicílios 2021

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 20